

Emmanuel Antonio dos
Santos

U

MA EXPERÊNCIA DE LEITURA
DA PAISAGEM COMO
PROCEDIMENTO PARA
OBTENÇÃO DE DIRETRIZES
PARA PROJETO – O CASO DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

I74

pós-

RESUMO

Existem muitas formas e instrumentos de intervenção sobre as formações urbanas a fim de minimizar, se não corrigir, dicotomias. No mais das vezes as proposições resultam em intervenções localizadas e desarticuladas que, por si só, mostram-se ineficientes. A nossa proposição, enquanto arquiteto trabalhando com a paisagem, tem sido, ao longo dos anos, investigar as relações entre as intervenções antrópicas e o suporte ecológico. Como um modifica, interage e conforma o outro. Como esses processos se refletem na construção da paisagem e, conseqüentemente, como fazer uso dessas relações para identificar formas e escalas de intervenção com o compromisso de resgatar e assegurar a qualidade de vida.

Discute-se uma, dentre muitas, das possibilidades de abordagem para investigação da paisagem, a partir de considerações quanto a procedimentos, e apresenta-se um estudo de caso com a aplicação dessa abordagem.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem, método, urbano.

UNA EXPERIÊNCIA DE LECTURA
DEL PAISAJE A MODO DE
PROCEDIMIENTO PARA OBTENER
DIRECTRICES DE PROYECTO – EL
CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

pós- | 175

RESUMEN

Han sido muchas las formas e instrumentos de intervención sobre las formaciones urbanas con el objetivo de minimizar, si no corregir dicotomías. Casi siempre las proposiciones resultan en intervenciones localizadas y desarticuladas que solas se muestran ineficientes.

En nuestra actuación de arquitecto que trabaja con el paisaje, tuvimos como proposición, a lo largo de los años, investigar las relaciones entre las intervenciones antrópicas y el soporte ecológico, es decir, la manera como cada uno modifica, interactúa y conforma al otro; cómo esos procesos se reflejan en la construcción del paisaje y, consecuentemente, cómo hacer uso de esas relaciones para identificar formas y niveles de intervención, con el compromiso de rescatar y asegurar la calidad de vida.

Se discute una de las muchas maneras posibles de abordar la investigación del paisaje, a partir de consideraciones en cuanto a procedimientos, y se presenta un estudio de caso con su aplicación para mejor ejemplificar los procedimientos.

PALABRAS CLAVE

Paisaje, método, urbano.

AN EXPERIENCE OF THE
LANDSCAPE APPROACH AS A
PROCEDURE TO OBTAIN DESIGN
GUIDELINES: THE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS, SP CASE STUDY

ABSTRACT

Specialists have suggested different ways and tools to intervene in urban spaces in order to minimize or remedy dichotomies. Proposed plans mostly result in specific and disjointed efforts that are inefficient in themselves. This article suggests investigating the relations between anthropic interventions and environmental support, as well as how one modifies, interacts, and shapes the other. It also considers how these processes affect the landscape and suggests ways to use these relations to identify forms and levels of intervention with the firm commitment of restoring and ensuring quality of life. This article also discusses one of the many ways landscape can be discussed based on applicable procedures, and presents a case study to illustrate how this approach is employed.

KEY WORDS

Landscape, method, urban spaces.

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta uma experiência de aplicação prática de emprego de um processo de leitura para fins de projeto da paisagem no espaço intra-urbano, no qual o esforço em compreender a paisagem correlacionando território e antropização é o enfoque central.

A correlação entre natureza e ações humanas, como parte fundamental da construção do ambiente, constitui-se em suporte para estabelecer as valorações e a seleção dos elementos mais significativos a serem considerados para a intervenção no espaço construído.

É fato evidente que as estruturas urbanas são produto de processos de interação de acontecimentos e esses processos são forças transformadoras. Os acontecimentos são traduzidos pelas ações do homem em suas mais variadas formas e, conseqüentemente, na construção do suporte físico para que as ações ocorram.

A construção do suporte físico se faz concomitantemente ao meio ambiente *in natura*, ou seja, o território. Esse suporte físico sempre em processo de construção é a cidade. Com especificidades de organização espacial nas quais é possível identificar relações volumétricas, movimentos, circulação, etc., dinamizadas em interações as quais se apresentam em morfologias traduzidas nos aspectos formais da paisagem.

Como a paisagem guarda estreita relação com a dinâmica da urbanização, sofre seus efeitos transformadores, que se fazem sentir, geralmente, de forma bastante evidente pelo comprometimento da qualidade de vida, resultante de ocupações discutíveis quanto ao desenho dos espaços e na distribuição e organização de suas funções. Existem muitas formas e instrumentos de intervenção sobre as formações urbanas a fim de minimizar, se não corrigir, as dicotomias que decorrem desses procedimentos, nos quais, no mais das vezes, as proposições resultam em intervenções localizadas e desarticuladas que, por si só, mostram-se ineficientes.

Propõe-se, no presente trabalho, enquanto arquiteto trabalhando com a paisagem, a partir de um exemplo de aplicação prática, discutir as relações existentes entre as intervenções antrópicas e o suporte ecológico: como um modifica, interage e conforma o outro, como esses processos se refletem na construção da paisagem (SANTOS, 2002; BERTRAND, 2007) e, conseqüentemente, como fazer uso dessas relações para identificar formas e escalas de intervenção, com o compromisso de resgatar e assegurar um espaço urbano propiciador de condições ambientais de vivência mais articulado com as condicionantes socioespaciais de sua constituição.

Apresenta-se, a seguir, uma, dentre muitas, das possibilidades de abordagem existentes para investigação da paisagem. Colocam-se, então, algumas considerações preliminares quanto a procedimentos e etapas de trabalho e apresenta-se um estudo de caso com a aplicação da abordagem para melhor exemplificar os procedimentos.

(1) Este texto trata de projetos arquitetônicos elaborados por profissionais habilitados.

(2) HOLL, Steven. In: BRAUSCH, Marianne; EMERY, Marc. *L'architecture en questions*. Paris: Le Moniteur, 1996, p. 55 (tradução do autor).

(3) ZANETTINI, Siegbert – Siegbert Zanettini: *Arquitetura, razão e sensibilidade*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 443.

(4) Essa afirmação não pretende desvalorizar a aparência (aspecto plástico) de uma edificação, mas sim relativizá-la, posto que, embora fundamental, nem sempre o aspecto plástico é o principal aspecto no processo de qualificação do objeto arquitetônico.

(5) Idem, Ibidem.

A ABORDAGEM

Conduzir a leitura da paisagem como meio de obter indicações para projeto, considerando as relações existentes entre as intervenções antrópicas e o suporte ecológico, consiste, na verdade, em uma abordagem das relações entre *história* e *natureza* como fornecedora das características da paisagem. O que indica a necessidade de adotar-se procedimentos que permitam trabalhar a história como processo, portanto, *continuum*, no qual se pode e deve-se buscar, na conformação presente da paisagem, os históricos significativos para sua constituição (GADDIS, 2003).

Faz-se, desse modo, necessário buscar identificar, no presente, as significações que nos remetem aos momentos que possibilitaram seu acontecimento como situação desencadeadora de uma determinada dinâmica, a qual pode ter contribuído para sua conformação atual; com o cuidado de esse processo conter características de seletividade suficientes para não se incorrer no risco do desvio da reconstituição histórica documental. Mas que seja possível extrair do processo histórico do antrópico, na apropriação e transformação da natureza, as relações que conformam a paisagem (MAGNOLI, 2006).

Essas considerações quanto aos procedimentos possíveis e desejáveis, oriundos da abordagem, evidenciam a possibilidade de compreensão da paisagem enquanto *produto* e *meio*, como processo, como *continuum*, como movimento dialético sempre renovador.

O ESTUDO DE CASO

Apresenta-se, a seguir, a leitura e a análise da paisagem do tecido urbano em área central no município de São José dos Campos, cidade de médio porte localizada no médio Vale do Paraíba paulista, SP.

Procura-se demonstrar, por meio da leitura e análise de porções centrais e áreas entendidas como centralidades no tecido urbano, as possibilidades de compreensão das morfologias urbanas como resultantes de processos socioespaciais referenciados no tempo e no espaço, no aporte cultural, tecnológico e ideológico (SANTOS, 2002).

O Quadrilátero central

Centro urbano, aquele que polariza e induz, tal como o coração – *core* – nos movimentos de sístole e diástole. Traz, para junto de si, a população, na busca incessante das comodidades representadas pela grande concentração de serviços, das sedes das instituições financeiras, dos serviços cartoriais, da igreja matriz. Centro velho, origem das primeiras ocupações da praça, principal adro da igreja, lugar das comunicações oficiais, procissão dos santos, passeio após as missas aos domingos. Extensões do centro, a praça da igreja dos pretos pobres devotos de São Benedito, adro que, aos poucos, recebe, em seu entorno, o fórum, a câmara e, bem mais tarde, a cadeia e o Cinema Palácio, formando a praça Afonso Penna, espaço para o passeio e o encontro; a praça do Mercado e da Capela de Nossa Senhora Aparecida, aonde se chega pela rua Siqueira Campos, espaço do

comércio de víveres aos sábados e domingos, dos barraqueiros mais antigos; a praça da Preguiça, onde está o Cinema Paratodos e de onde se vai pela rua cel. José Monteiro para a rua Sete de Setembro, antiga rua do Fogo, calçada do comércio, o campo santo, cemitério municipal do centro, aonde se chega pela rua Francisco Rafael.

Articulam-se, dessa forma, vários espaços centrais de uso público, o centro velho circunscrito e configurado pelas ruas e avenidas que abrigam usos ora mais públicos, ora mais particulares, mas que são seu atrativo e a razão de sua maior ou menor apropriação. Pode-se considerar como centro velho o quadrilátero formado pelas ruas mais antigas da cidade: rua Siqueira Campos; rua Humaitá; avenida Dr. João Guilhermino; trechos da ruas Dolzani Ricardo e da Antonio Saes. Esse quadrilátero abriga um conjunto de ruas a concentrar o comércio e os serviços mais antigos, tradicionais e especializados da cidade, o que explica seu poder de polarização, atraindo grande movimento de pessoas, veículos e informações (Figura 1).

Rua Siqueira Campos, antiga rua do Mercado, acesso ao centro, subindo a vertente esquerda do córrego do Lavapés, proximidade de onde viria a instalar-se o mercado, o comércio de passagem e a praça de descanso dos muare. Já nos anos de 1865 verifica-se, no então Código de Posturas Municipais, a circunscrição de uma área para a construção de barracas no largo do Mercado. O mercado antigo, construído em 1896, ocupava 1/3 da área do atual. Os outros 2/3 eram ocupados pelo largo do Mercado, antigo largo D'Aporecida. Hoje subsiste, restando apenas a edificação que continua abrigando o Mercado Municipal. Esse edifício passou por sucessivas obras de adequação, sendo as mais significativas as realizadas em meados dos anos 20, para atender às exigências sanitárias e uma obra de conservação e restauro duvidoso quando se modificou, em caráter irreversível, sua

Figura 1: O quadrilátero central. Foto da cidade de São José dos Campos
Fonte: Aerofoto, FUNCATE, jan. 2000



cobertura, trocando-se a estrutura de madeira e telhas cerâmicas por uma estrutura espacial metálica e telhas também metálicas em meados de 1990.

Ao longo da rua Siqueira Campos e em volta do mercado, distribui-se um conjunto de edificações de gabarito baixo, com predominância de um pavimento e uso misto com comércio e moradia acoplada nos fundos dos lotes em alguns casos. Pela tipologia, distribuição e característica construtiva percebe-se que são edificações, na grande maioria, do início de 1900. É uma localização especial que articula o *core* urbano, abriga o comércio popular e mantém relativa proximidade com o terminal rodoviário urbano central, com a Igreja da Matriz e o Mercado Municipal. Configura-se, com o tempo, como um dos eixos no qual a

Figura 2: Ocupação na rua Siqueira Campos.
Foto da cidade de São José dos Campos
Fonte: Aerofoto, FUNCATE, jan. 2000
Crédito: Foto do autor, 2002



circulação de pedestres foi sedimentando o uso intenso dos passeios, o contato amplo no âmbito público (Figura 2).

Partindo-se dos fundos do adro de entorno da Igreja Matriz, acompanhando a falésia do banhado, a avenida São José, antiga rua de Trás, descreve um eixo que limita o quadrilátero do centro velho em sua face esquerda. Esse antigo eixo de ligação ao centro era ocupado por um conjunto de casas as quais tinham por quintal a falésia do banhado. Abriga o mais antigo terminal rodoviário intermunicipal, localizado ao lado da Igreja Matriz. Inserem-se, no eixo da avenida São José, o Teatro Municipal Benedito Pereira da Silva, a Escola Olympio Catão e o prédio do fórum, atual Coletoria Estadual. Este último, com uma inserção que o coloca mais à lateral da avenida, emoldurando a praça Afonso Pena, antigo largo da Cadeia.

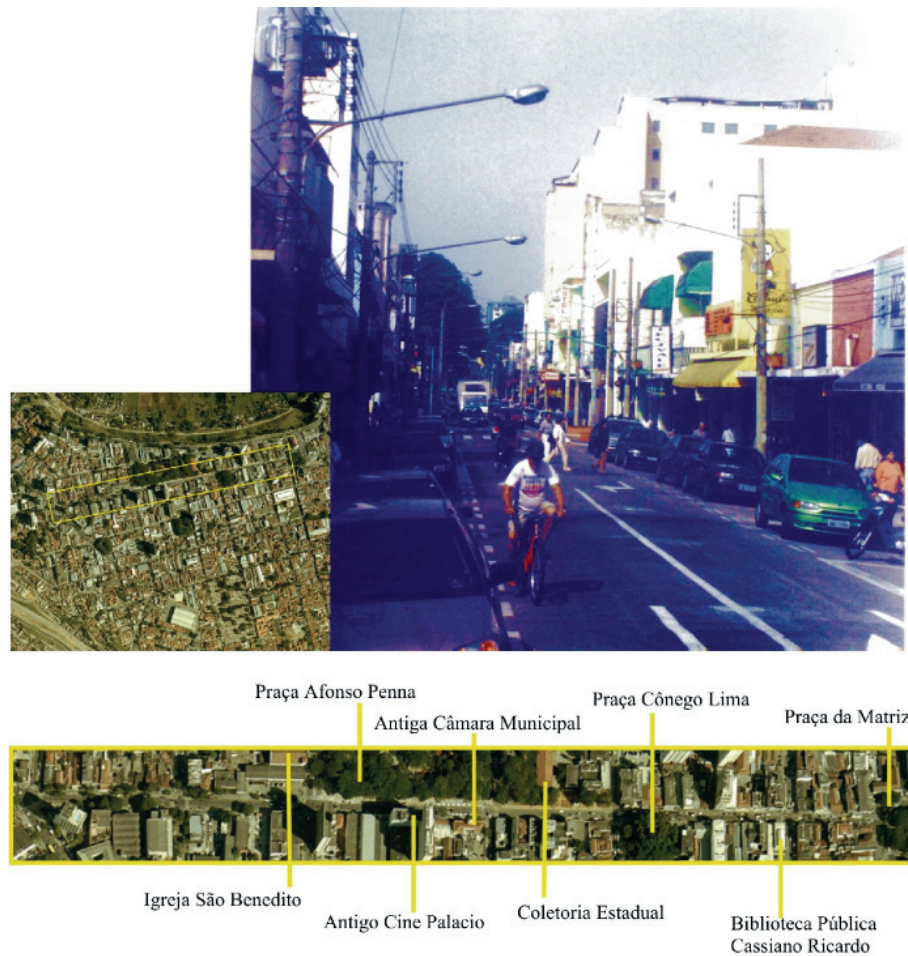
A atual delegacia central marca o início de desenho mais formal de rua, com ocupação densa em ambas as faces, passando a impedir ou obstar a perspectiva da panorâmica do banhado. Eixo da circulação retificado, redesenhado e reusado para quem chega e para quem parte dos bairros em direção ao centro e deste em direção aos bairros. Paisagem obrigatória, na qual a natureza contribuiu para construir o simulacro de orla formada por uma escarpa de meandro muito rara de acontecer no Brasil inteiro – o Banhado –, onde todos passam, caminham e poucos se estabelecem.

A rua XV de Novembro, originalmente rua Direita, abrigou o comércio elegante, a primeira rádio difusora do município, a ZYE – 5 Rádio Clube de São José dos Campos. Abrigou, também, o primeiro teatro na esquina com a rua Sebastião Hummel, antiga rua do Theatro. Edificação que, apesar das profundas modificações internas por que passou para abrigar outros usos, como Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores, guarda, em suas fachadas, as características básicas originais de sua arquitetura, motivo pelo qual se transformou em objeto de preservação, com projeto de restauro e ampliação para abrigar a Biblioteca Pública Municipal Cassiano Ricardo.

A ocupação e uso intensos desse eixo reforçam-se com a praça Cônego Lima, antigo Jardim da Preguiça, onde se localiza um dos mais antigos e tradicionais cinemas da cidade: o Cine Paratodos, inaugurado nos anos 40, o qual, apesar de sua importância histórica, encontra-se em uso como mini-shopping. Ainda na avenida encontra-se um alargamento da calçada formando uma praça linear, a qual ladeia um dos mais antigos grupos escolares do município, a atual Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Olympio Catão. Esses canteiros formam uma pequena praça entre o antigo fórum e o grupo escolar, estabelecendo, também, a ligação com a avenida São José acima descrita. Na esquina da rua XV de Novembro com a Rubião Júnior, que faz a ligação da orla do Banhado com o interior do quadrilátero central encontra-se um edifício, preservado, que abrigou a primeira Escola Normal nos anos de 20, um ginásio estadual até o início dos anos 70, e, mais recentemente, o Centro de Orientação e Integração.

Chega-se à praça Afonso Pena, onde uma de suas faces, antigamente tomada por residências fazendo fundos com o Banhado, cedeu lugar aos serviços e ao comércio, aliás, transformações bem características das formas de uso e ocupação das ruas centrais das cidades contemporâneas (Figura 3).

Figura 3:
Ocupação na rua XV de
Novembro. Foto da
cidade de São José dos
Campos
Fonte: Aerofoto,
FUNCATE, jan. 2000.
Crédito: Foto do autor,
2000



Com tamanha diversidade, conectando dois espaços generosos e complementares de uso público como a praça da Matriz e a praça do Cinema, desenrolando, em seu trajeto, vários usos, como a Bonbonnière Cruzeiro, a primeira rádio, o teatro e depois câmara e, finalmente, biblioteca, não podia escapar a uma apropriação como área de passeio, do ir e vir nas tardes de domingo após a missa, antes das matinês e até mesmo após as sessões do cinema. Percorrer seu trajeto em um ir e vir coquete ou garboso era quase obrigatório, maneira de ver e ser visto, maneira de iniciar romance. Hoje, o movimento continua, até mais intenso, até mais incessante; mudaram os atores talvez, mudou o cenário quem sabe, a trama é outra também. Não há mais coqueteria nem tanto garbo, menos elegância; não é mais passeio – *flânerie*, é passagem que busca e requer rapidez de deslocamentos. Não dá mais para esperar o encontro, é preciso ir ao encontro ou quem sabe ir de encontro.

Antiga rua do Fogo, atual rua Sete de Setembro, atravessa o quadrilátero do centro, ligando a praça João Mendes, mais conhecida como Jardim do Sapo, devido a pequenas esculturas em forma de sapo em volta de um espelho d'água,

com o Mercado Municipal e a rua Siqueira Campos. Eixo do comércio de roupas e calçados, foi, até meados dos anos 70, rua da moda, das novidades que vinham de São Paulo e especialmente do Rio de Janeiro – referencial para os modismos da juventude –, quando, então, inaugura-se o primeiro shopping center na cidade, em sua extremidade, onde faz esquina com o Jardim do Sapo. Perde, então, o *status* de rua das butiques, simulacro de rua Augusta da capital paulista, ou mesmo das ruas de Ipanema, para o “novo” e “mais moderno” jeito de comprar e passear no interior do shopping.

Devido à sua geometria, com largura muito estreita e passeios mais ainda, já não consegue mais suportar o intenso tráfego de veículos e pedestres que disputam, em condições desiguais, o espaço que lhes é necessário. A contradição se explicita, o lugar que atrai e concentra a movimentação da população é também o lugar onde se torna cada vez mais difícil acessar e circular com conforto e relativa segurança. Soluções funcionais urgem, buscam-se experiências e modelos. A pedestrianização, ou calçadão, proposta que se pretendia inovadora e solução definitiva para a segregação que se entendia necessária entre a circulação de pedestres e a de veículos, em meados dos anos 70, é a solução encontrada.

Cabe lembrar, contudo, que já em 1958 previa-se a necessidade de fechamento de um conjunto de ruas com uso predominantemente comercial e com grande fluxo de pedestres e veículos, como uma das medidas de curto prazo para minimizar os problemas de circulação urbana na área central. A medida não se concretizou na época devido a pressões dos comerciantes, os quais acreditavam que o fechamento causaria dificuldades para a carga e descarga, prejudicando, também, a acessibilidade e o movimento junto de seus comércios.

Nos anos 70, utilizando-se da ideologia de progresso e de modernização, transforma-se a rua Sete de Setembro no calçadão da rua Sete. Populariza-se e diversifica-se o comércio, não é mais o mesmo público, mas é muito mais público, circulam mais pessoas, intensificando a diversidade da apropriação do espaço público, fazendo consolidar-se como importante rua da área central, talvez das mais movimentadas durante os dias úteis no horário comercial.

Passou, durante esses anos, por sucessivos redesenhos, nunca, aliás, com modificação em sua “caixa”, permanecendo com a dimensão e o alinhamento originais, salvo um ou outro recuo frontal quando da demolição e reconstrução de algum imóvel, e que, todavia, dilui-se no desenho da pedestrianização que nivela os pisos substituídos por revestimento único decorado, sumindo com a diferenciação entre o “leito carroçável” em revestimento com asfalto e o passeio em ladrilho hidráulico antes existente. Tenta-se, com os projetos, embelezar e imprimir certo ar de sofisticação e segurança, simula-se o *mall*.

No entanto, apesar das diversas tentativas e dos investimentos, é nos finais de semana e durante a noite que a infra-estrutura instalada e seu potencial de espaço público mais se diluem, deixando de existir; não há atividade, movimento ou apropriação. Espaço subutilizado, espaço preponderantemente para o consumo (Figura 4).

O comércio secundário ou menos sofisticado sempre se localizou na rua Vilaça, tradicional abrigo do uso predominantemente residencial foi, aos poucos, absorvendo outros usos, perdendo definitiva e irremediavelmente sua

Figura 4: Ocupação na rua Sete de Setembro
Foto da cidade de São José dos Campos
Fonte: Aerofoto, FUNCATE, jan. 2000
Crédito: Foto do autor, 2002



Shopping Centro São José

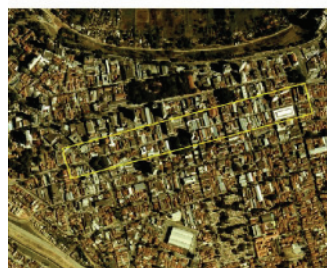
Calçadão da Rua Sete

Mercado Municipal



Praça João Mendes

Casas de Comércio



característica básica de rua residencial. Talvez o fato de outras ruas abrigarem antes dela o comércio e serviços, talvez devido ao fato de localizar-se em relativa distância do centro mais dinâmico, o que, de um lado, torna-a distante o bastante para ficar resguardada do burburinho, e de outro lado, próxima o suficiente do comércio e dos serviços, permitindo acesso rápido e seguro, tenham sido, também, fatores determinantes para abrigar um comércio muito difuso. Fato é que, mesmo localizada no quadrilátero central, a Vilaça, devido ao padrão das edificações e da relativa intensidade em seu movimento, guarda a aparência menos definida e menos central dentre todas as suas ruas.

Limitando o quadrilátero da área do centro velho em sua face direita, a rua Francisco Rafael, antiga rua do Cemitério, permanece abrigando ocupação com baixa densidade e uso misto de comércio e residências. Não passou por renovação muito significativa de uso ou mesmo de desenho, como as outras ruas da área central. Essa rua, em virtude de localizar-se entre o platô central e a vertente esquerda do córrego do Lavapés, configura-se como zona limite entre essas duas características da morfologia do relevo. A encosta foi, durante muito tempo, pelo menos até final dos anos 70, limitador físico da expansão da área central por esses lados, desde que o fundo de vale, o qual abrigava o córrego – hoje canalizado para a passagem das vias marginais que compõem o Anel Viário – era também um forte impedimento para a transposição e a continuidade da ocupação e do uso.

Fecha-se o quadrilátero central pela avenida Dr. João Guilhermino, antiga avenida da Estação. Em sua extremidade sul, abriga antiga caixa d'água municipal, hoje estação central de tratamento de águas. Forma, desde aí até encontrar-se com a praça Maurício Cury, uma ampla avenida com calçadas largas e bem arborizada, onde o plantio de palmeiras reais, em alinhamento, reforça e caracteriza o eixo, criando-lhe certo ar de sofisticação e exclusividade.

Abrijo de muitos e requintados imóveis, rua elegantemente residencial, exclusiva pelo tipo de uso e ocupação, acessível como caminho de passagem em direção a região sudoeste na qual, nos anos de 1930 em diante, vieram instalar-se os sanatórios. Como outras, foi, paulatinamente, modificando seu uso e sua ocupação diferenciando-se, contudo, por experimentar relativa verticalização, é, hoje, um importante eixo de circulação com intenso movimento de veículos, em parte suavizado pela largura dos passeios e pelo recuo frontal dos prédios e das poucas residências, em que ainda se pode verificar alguns imóveis dos anos 40.

O centro se completa com os prolongamentos que vão se sucedendo, na mesma medida em que os usos vão se modificando. Permanece, no entanto, como inércia intransponível, expande-se, transborda e cria centralidades, formando novo perímetro no entorno adjacente, o centro novo ou centro expandido.

O centro do bairro de Santana, na zona norte, próximo ao rio Paraíba do Sul, é desses exemplos de centros velhos em bairros mais antigos os quais, apesar de ter experimentado certa obsolescência, não perdeu sua atração como polaridade e fator de reconhecimento e de identidade do lugar no qual se insere. O perímetro da área *core* do bairro de Santana desenha um quadrilátero formado pelas ruas Guaianazes, Raul de Araújo e Rui Barbosa, no qual se inserem a Igreja Matriz e seu adro, um conjunto uniforme de casas geminadas de um pavimento ladeando a praça central e um conjunto de edificações com uso comercial e de serviços de escala local.

Os usos de comércio e serviços desenvolvidos ao longo das ruas Rui Barbosa e Guaianazes apropriaram-se de edificações que datam do primeiro quartel do século passado, nas quais algumas se encontram com algum grau de conservação e tantas outras já em adiantado estado de deterioração e transformação, requerendo ações que viabilizem sua conservação e/ou preservação. Outros aspectos do bairro poderiam ser objetos de preocupação, como o *ethos* de mineiridade que se pode perceber em seus moradores. Bairro antigo e

consolidado, centro velho com ares mais conservadores, parece-se com um duplo do centro tradicional. Aquele que espelha e desvela, contrapõe e complementa.

No outro extremo do município, além rodovia Presidente Dutra, na zona sul, encontra-se outro centro de bairro bem consolidado, o centro do Jardim Satélite e adjacências. Esse centro pode ser identificado pelo entroncamento das avenidas Cassiopéia e Andrômeda. É nesse cruzamento, e a partir dele, que as duas avenidas concentram um conjunto de serviços e de comércio que polariza a vida do bairro e de suas adjacências. Localizam-se, aí e no entorno imediato à delegacia da zona sul, uma igreja de grande porte, uma praça bem arborizada, e um sem-número de pontos comerciais e de serviço de atendimento setorial como padarias, agências bancárias, o cartório de registro de imóveis, pizzarias, lojas de armarinhos, etc.

A avenida Andrômeda é um eixo de circulação e transporte que, hoje, faz a ligação norte-sul do município através do Anel Viário transpondo a via Dutra. Em seu extenso percurso atravessa toda a zona sul como via arterial, articulando os bairros do Bosque dos Eucaliptos e do Jardim Satélite com os bairros do Campo dos Alemães e conjunto D. Pedro I, dois conhecidos bolsões de pobreza e de exclusão social do município. A sua ocupação e uso predominantemente comercial configura-a como um corredor central de comércio e serviços. No entanto, a não ser por seu primeiro terço junto da via Dutra em processo de verticalização, a predominância é de edificações, em, no máximo, dois pavimentos, conferindo ao lugar uma densidade que parece bem abaixo de seu potencial, tanto no que se refere à infra-estrutura quanto ao que o desenho da via pode suportar.

Apesar do baixo índice de verticalização e da densidade correspondente, percebe-se uma apropriação de uso público bastante significativo no setor próximo ao mercadinho e ao comércio local. Centro dinâmico da zona sul, obrigatório, até para evitar deslocamentos mais longos em direção ao centro tradicional – o centro velho. A classe média “do lado de lá da Dutra” conquista e afirma seu lugar de centralidade, seu espaço para o consumo.

E os outros espaços? Essas áreas, novas e velhas, são, constantemente, solicitadas a atender a novas demandas, tornando-se ora obsoletas, ora inovadoras, absorvendo usos e transformando ocupações. Muitos projetos, vários “desenhos”, desejo de impor ordem e de produzir aparência, vontade inconfessa de reimprimir valor, fazer com que seja, de novo, bom de usar. Bom para quem?

O sagrado, o profano, o ir e vir de muitos jeitos.

A apropriação dos espaços públicos livres coletivos urbanos para uso e consumo, geralmente, pode ser mais sentida naquela porção reservada para a circulação de pedestres, ou seja, os passeios. Espaço com desenho linear e, no mais das vezes, guardando regularidade em seu traçado, é obrigatório, pois, por meio dele torna-se possível a locomoção e o deslocamento entre os diversos destinos e origens. No que diz respeito à propriedade, é o lugar neutro porque, não pertencendo a outrem, é de propriedade e domínio de todos; portanto, o lugar da acessibilidade absoluta. Necessário se faz, desse modo, garantir sua existência, sua permanência e a configuração que possa mais bem se adequar a todos os usos para todos.

Os espaços centrais, por exemplo, como o adro das igrejas, originário da necessidade da procissão nos dias santificados, conformando, por consequência, a praça da Matriz, espaço público para as festas religiosas e quermesses, para o

comício político e o espaço da cidade em que, também por tradição, tem a neutralidade por garantia sacra, presta-se às manifestações de reivindicação e de combate às injustiças sociais. Sagrado prestando-se ao culto e às procissões, profano prestando-se à festa; sagrado prestando-se ao abrigo dos excluídos, dos injustiçados e dos desviados, profano porque abrigo das nem sempre críveis promessas políticas; sacramento profano, profanamente consagrado. De adro frontal, espaço configurado pelas edificações que lhe dão contorno, formando quadrilátero mais ou menos bem definido, sem separação ainda nítida entre o que é público e o que é privado; portanto, sem calçadas e ruas no sentido formal da expressão, um amplo “terreiro” no qual as coisas iam se sucedendo, passa, gradativamente, à praça da igreja e, em muitos casos, à praça central. Adquire, com o tempo, contornos definidos pelo desenho dos pisos que separam os passeios de pedestres do leito carroçável, adquire forma própria e independente, como se desgarrando da igreja e de seu entorno, seu motivo de ser. Vira lugar ajardinado e arborizado, com bancos e chafariz, organiza os percursos, os fluxos e as possibilidades de permanência (Figura 5).

A avenida central, tradicionalmente lugar do passeio e da exposição cotidiana, dos desfiles comemorativos nas datas cívicas, dos desfiles pagãos dos blocos carnavalescos, vai, aos poucos, transformando-se em lugar para o consumo, onde as lojas se instalam, abrindo-se e, às vezes, até transbordando para as calçadas, na disputa pela exposição de suas mercadorias, criando, dessa maneira, com os equipamentos urbanos, um estreitamento dos passeios, dificultando o caminhar desinteressado – a *flânerie*, que, de todo modo, já não é mais possível nem necessário; hoje, os shoppings se prestam, de modo enviesado, a esse ritual.

Figura 5: Ocupação no adro praça da Matriz.
Foto da cidade de São José dos Campos
Fonte: Aerofoto, FUNCATE, jan. 2000
Crédito: Foto do autor, 2002



Nas praças, seu entorno é tomado pelo comércio ambulante, denunciando a ausência de oportunidades para todos e a exclusão do espaço formal, já que a precariedade dos “pontos” não garante a continuidade da atividade estrategicamente denominada de economia informal. Não mais o espaço do encontro e do repouso, agora espaço dos vários tipos e níveis de comércio, da passagem, atravessando-a rapidamente com receio e insegurança, parecendo um campo de batalha no qual cada um adentra se defendendo e com o desejo de sair o mais rapidamente possível. Problemas de desenho? Talvez. Problemas de estrutura urbana? Com certeza. Qualidade ou defeito, não vem ao caso, importa, sobretudo, fazer jus à necessária intervenção desde que, ao extremar o público do privado e ao estabelecer as possibilidades de hierarquização dos espaços urbanos, torna-se imperativo uma definição de desenhos a tornarem claros os limites entre o que é somente de um e o que é de todos. Podem-se discutir os desenhos, suas intenções, os projetos que os originaram, etc., mas daí a entender que não se faça desenho algum vai uma grande distância.

BIBLIOGRAFIA

- BERTRAND, Paul Georges. *Uma geografia transversal e de travessias. O meio ambiente através os territórios e das temporalidades*. Paraná: Editora Massoni, 2007.
- CASTRO, Fábio. *Visão transversal na geografia*. Texto em arquivo eletrônico, 2007.
- GADDIS, John L. *Paisagens da história. Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, 211p.
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. Em busca de “outros” espaços livres de edificação. Revista *Paisagem e Ambiente*, São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 141-173, 2006.
- SANTOS, Emmanuel A. *As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Nota do Editor

Data de submissão: janeiro 2008

Aprovação: setembro 2008

Emmanuel Antonio dos Santos

Arquiteto e urbanista, doutor pela FAUUSP, professor na Universidade do Vale do Paraíba e também na pós-graduação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em São José dos Campos.

Rua Ângelo Rodrigues Alves, 108. Jardim das Colinas
12.242-200 – São José dos Campos, SP
(12) 3947-6817
emmanuel@ita.br